



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1271

## **OS ESTADOS UNIDOS E O GOVERNO JOÃO GOULART: O BRASIL COMO PALCO DA GUERRA FRIA (1961-1963)**

José Victor de Lara (UEM/PIC)

**Resumo.** Objetivo central deste trabalho é analisar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante o governo João Goulart, inserindo a discussão no contexto mundial da Guerra Fria, concentrando-se nos conflitos do continente latino-americano e seus reflexos. O presente trabalho parte da premissa, já consolidada pela historiografia, de que a participação dos EUA na campanha de desestabilização do governo Goulart foi fundamental para a consolidação do golpe civil-militar ocorrido na madrugada da passagem de 31 de março para primeiro de abril de 1964. As interpretações dos funcionários da diplomacia estadunidense sobre a crise política e econômica vigente no Brasil no período em estudo demonstra que os EUA consideravam o governo de Goulart associado a setores de esquerda e contrário aos seus interesses na região. Essa percepção haveria motivado o governo estadunidense a agir contra o presidente brasileiro por meio de apoio direto as forças golpistas. O presente trabalho faz uso de documentos diplomáticos produzidos pelo Departamento de Estado dos EUA, submetendo interpretações históricas ao crivo da análise crítica, sempre à luz da documentação disponível. Isso foi efetuado a partir de uma análise do contexto mundial da Guerra Fria na América Latina, pontuando os mecanismos utilizados pelo governo estadunidense e as suas motivações para intervir diretamente no cenário político brasileiro. Ao longo do texto objetivou-se construir uma análise sobre as relações internacionais entre ambos os países e buscou-se compreender como ela foi abalada devido à radicalização dos discursos e práticas desenvolvidos nos diferentes campos que disputavam, tendo como elemento central a Guerra Fria na América Latina e suas implicações. A discussão parte de dois elementos centrais: a Aliança para o Progresso no Brasil e a Política Externa Independente.

**Palavras-chave:** Estados Unidos; João Goulart; Guerra Fria; Política Externa.

### **Introdução**

A partir dos anos sessenta do século XX, a política externa dos Estados Unidos (EUA) em relação à América Latina sofreu profundas mudanças. O novo momento é caracterizado pela inserção dos países latino-americanos no mundo

capitalista aliado à conjuntura geopolítica da Guerra Fria, que levou a transformações intensas na forma como os EUA concebiam o continente americano. Grosso modo, o fator que levou a essas modificações deu-se pela vitória da Revolução Cubana em 1959 e a adesão do governo revolucionário ao bloco socialista em 1961. Esse processo foi interpretado pela diplomacia estadunidense como uma evidência da capacidade da União Soviética “exportar” a ideologia marxista-leninista aos movimentos guerrilheiros da América Latina, que, no caso de Cuba, lograram derrubar regimes aliados aos EUA, como era o caso de Fulgencio Batista.

Essas modificações traduzem uma nova perspectiva dos EUA para o desenvolvimento da América Latina. Era necessário demonstrar aos países latino-americanos opções de reformas dentro do capitalismo, a fim de superar as condições de subdesenvolvimento do continente. Essa ação é sistematizada no governo de John F. Kennedy com o programa Aliança para o Progresso, lançado em meados de 1961.

No Brasil, a situação criada pela inesperada renúncia de Jânio Quadros e a criação de um novo perfil para a política externa brasileira, que não mais se aliava automaticamente aos EUA, dão início a um abalo das relações entre os dois países. Conseqüentemente, observaremos as interpretações dos funcionários estadunidenses sobre a crise do governo Goulart e suas reações.

As análises se concentram em três pontos principais. Primeiro, os reflexos da Aliança para o Progresso no Brasil e suas reais intenções. Segundo, a formulação da Política Externa Independente e suas conseqüências na relação Brasil-EUA. E terceiro ponto, as interpretações dos funcionários da embaixada dos EUA em relação às ações do presidente João Goulart.

### **EUA e a América Latina durante a Guerra Fria**

Segundo o historiador inglês, Perry Anderson, o comunismo representava um inimigo muito mais radical para os EUA do que o fascismo jamais foi. Sublinha que o sistema político fascista respeitava as bases do capitalismo ocidental, com a manutenção da propriedade privada dos meios de produção. Quando a Segunda Guerra Mundial chegava ao fim e a vitória dos Aliados na Europa se aproximava, os Estados Unidos perceberam a necessidade de modificar o perfil das suas relações

exteriores, consequência direta do novo contexto mundial que se formava. Aos poucos a União Soviética se torna a preocupação central dos EUA, dando forma ao período que conhecemos como Guerra Fria. Para os estrategistas de Roosevelt, as prioridades de longo prazo eram duas: tornar o mundo um lugar seguro para o capitalismo em geral; e, dentro do mundo do capitalismo, os Estados Unidos deveriam imperar soberanos (ANDERSON, 2015, p. 24).

Foi neste contexto de extrema tensão que o diplomata e especialista em assuntos soviéticos George Frost Kennan, teorizou o que viria a ser o principal instrumento da política externa dos EUA na segunda metade do século XX: a Doutrina de Contenção (MUNHOZ, 2013). Porém, a substância da Doutrina estava longe de ser defensiva. Como afirma LaFeber a Doutrina proposta por Kennan consistia na “aplicação hábil e vigilante de forças contrárias em uma série de pontos geográficos e políticos em constante mudança” (LAFEBER, 1989, p. 451).

Kennan, com sua visão afinada sobre a história do povo russo e do arcabouço ideológico do marxismo-leninista que balizava as ações da União Soviética, destacou que a maior ameaça às democracias ocidentais não provinha do arsenal bélico dos soviéticos, mas da ideologia. Para George F. Kennan o principal trunfo dos comunistas era sua capacidade de sedução e ação dentro das organizações que atuavam no interior das nações capitalistas (MUNHOZ, 2013).

Na América Latina, a ideologia marxista teve forte absorção nos partidos políticos, movimentos sociais e entre os intelectuais do continente. Os fortes contrastes sociais e a profunda desigualdade, marcantes na região, engendrou um marxismo penetrante, que se enraizou profundamente, criando diversificadas correntes de interpretação. Assim, “o combate à subversão comunista bem como a luta contra o imperialismo estadunidense passaram a constituir as duas vertentes da Guerra Fria na América Latina” (BANDEIRA, 2009, p. 125).

Para impedir a penetração comunista no continente americano e garantir à hegemonia estadunidense na região, os *policy makers* de Washington dão forma a um sistema regional de segurança baseado numa série de conferências internacionais – Cidade do México, São Francisco, Rio de Janeiro e Bogotá – que toma forma logo após o fim da Segunda Guerra. Segundo Mark T. Gilderhus, esse

sistema consistia em duas partes: em 1947 o Pacto do Rio de Janeiro selava a aliança militar, por meio do Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (Tiar), entre os seus principais objetivos estava o desenvolvimento de uma política de defesa para o continente, restringindo a participação de nações não americanas na região; a segunda parte foi implantada em 1948, com a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), que proporcionava a contrapartida política do sistema. (GILDERHUS, 2000). Contudo, nesse período entre 1945 e 1959 a América Latina não era prioridade na agenda dos EUA; os EUA praticamente não investiram capitais no continente e as relações entre ambos mantinham-se sob o rígido controle estadunidense. (MUNHOZ, 2011, p. 173).

Paralelamente, como afirma Hobsbawm, por muitas décadas a relação da União Soviética com os movimentos revolucionários nos países do chamado Terceiro Mundo foi essencialmente pragmática, pois não havia interesses expansionistas naquela região, já que a preocupação permaneceria, como nos EUA, voltada a Europa (HOBSBAWM, 1994, p. 335).

A reviravolta que levou a maior modificação adotada pelos Estados Unidos em relação à América Latina ocorreu com a adesão do regime socialista em Cuba, que se formalizou em abril de 1961, embora o alinhamento da ilha com a União Soviética já fosse visível desde 1959, na vitória das forças guerrilheiras de Fidel Castro, com as medidas de nacionalização de propriedades estadunidenses e a reorientação da importação de açúcar cubano para o bloco soviético. (FICO, 2008, p. 23).

É sob a presidência de Truman e Eisenhower que a conhecida “Política da Boa Vizinhança” para com a América Latina deu seus primeiros sinais de esgotamento. Em 1958, fatos como a visita do então vice-presidente Richard Nixon (na gestão Eisenhower) à América do Sul, coincidindo com o início da luta de Fidel Castro contra Fulgencio Batista em Cuba, começaram a chamar a atenção do governo dos EUA para os problemas em relação a América Latina. Nixon passou por sete países latino-americanos, em algumas capitais, como Lima e Caracas, foi hostilizado, trombando com situações constrangedoras e manifestações contra a sua presença. Na capital da Venezuela foi cercado, apedrejado e quase morto.

Ficou claro para o governo dos EUA que a imagem do país na América Latina era péssima (FICO, 2008, p. 23).

A questão do novo regime em Cuba representava pouca ou nenhuma ameaça real a segurança dos Estados Unidos. Porém, os movimentos revolucionários na América Latina possuíam propósitos essencialmente nacionalistas e anti-imperialistas. A principal linha dos movimentos guerrilheiros seguia a ideologia marxista, fazendo-os buscar apoio nos países do bloco soviético. Assim, o imperialismo estadunidense conseguiu realizar exatamente o que procurou evitar: engendrar movimentos revolucionários com apoio da União Soviética na América Latina (SMITH, 1996, p.195).

Tratar dessas análises sobre a gênese da política externa dos EUA para com a América Latina durante a Guerra Fria justifica-se na tentativa de esboçar um breve panorama dos mecanismos de pressão que os EUA possuíam e quais suas motivações para agir indireta e diretamente no cenário interamericano. A Revolução Cubana inspirou movimentos guerrilheiros por todo o continente, enquanto os EUA tentavam vender uma alternativa liberal para o progresso da região; uma reforma circunscrita aos limites do capitalismo, para impulsionar o desenvolvimento da América Latina ao mesmo tempo em que promovia a contrainsurgência em um país após o outro; essa alternativa foi arquitetada com a Aliança para o Progresso.

### **John F. Kennedy e a Aliança Para o Progresso**

John Kennedy, durante sua campanha, cercou-se de um corpo de intelectuais, formou uma equipe recrutada de especialmente de duas instituições: Universidade Harvard e *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), entre esses estavam o destacado historiador Arthur M. Schlesinger e Lincoln Gordon, estudioso das questões desenvolvimentistas, professor em Harvard e que futuramente viria a ser embaixador dos EUA no Brasil, cuja principal tarefa era implementar a Aliança Para o Progresso no país (GORDON, 1964); o principal assessor de Kennedy para os assuntos relacionados a América Latina era Richard Goodwin, um advogado de Harvard com carreira no serviço público (RIBEIRO, 2006, p.70).

A Aliança Para o Progresso foi, sem dúvida, uma das principais realizações do governo Kennedy. Sua formulação se inicia ainda na campanha presidencial de

1960, até ser lançada oficialmente em Agosto de 1961 na Conferência de Punta Del Este. Apoiado em seu vigor e juventude, Kennedy conquistou a América com sua retórica e boa imagem pública. O jovem presidente cultivou deliberadamente um corpo de consultores e conselheiros pessoais, principalmente na área da política externa (RIBEIRO, 2006, p. 75).

Após a vitória de Kennedy, Goodwin ficou responsável por dar forma ao programa. Ele arquitetou a *American Latin Task-force*. Encabeçada por Adolf Berle Jr. A força tarefa contava ainda com Teodoro Moscoso (que viria a ser o primeiro diretor da Aliança), Thomas Mann e Lincoln Gordon.

Aos poucos a Aliança para o Progresso ganhava suas principais diretrizes constituindo-se num vasto programa de assistência econômica de longo prazo, apoio à democracia, às forças progressistas do continente e estímulo ao capital privado, assim como uma estreita colaboração com a OEA. Entretanto, em essência, a Aliança para o Progresso não foi concebida apenas para ser um programa de ajuda externa convencional – usando os moldes de aplicação financeira do Plano Marshall – o governo do EUA almejava reformar as estruturas sociais, política e econômicas da América Latina. Um programa de cunho idealista, empenhado na Doutrina de Contenção (RIBEIRO, 2006, p. 18).

Logo após o lançamento da Aliança para o Progresso, seguiu-se o desastroso episódio da Invasão à Baía dos Porcos em Cuba, em abril de 1961, três meses após a posse de Kennedy. O governo dos EUA optou por agir isoladamente na tentativa de depor Fidel Castro, mas a invasão foi um fracasso militar e teve forte repercussão por todo o continente, principalmente no Brasil. O fato provocou o questionamento das reais intenções da Aliança na América, já que a operação violava os princípios básicos de autonomia e soberania dos povos. (BANDEIRA, 2009, p. 312).

A recepção da Aliança para o Progresso no Brasil se deu sobre forte debate. As forças de esquerda criticavam-na avaliando que o programa estava ligado aos interesses do imperialismo estadunidense. A retórica de uma reforma liberal, apenas obscurecia as reais intenções de expansão do capital e de avanço da dominação estadunidense. No contraponto, as correntes ligadas a burguesia industrial apoiavam a ajuda do EUA, estes grupos vão durante o período 1961-64, ter a

seguinte linha de ação: controlar a inflação, deter as tentativas de estatização de setores importantes da economia, viabilizar o fluxo de ajuda externa, e, em parte influenciados pelo programa da Aliança, dar um cauteloso apoio às reformas sociais (RIBEIRO, 2006, p. 98). Contudo, no Brasil, a Aliança vai se dar

em um contexto econômico e político cada vez mais complexo, polarizado e crescentemente problemático para os interesses americanos. Desenvolveu-se um ambiente desfavorável no qual ocorreu uma perda de eficácia da dimensão controladora da política populista sobre os interesses organizados e emergentes[...]A perda de consenso e da governabilidade acarretou um elevado grau de politização das questões econômicas que, no limite, impedia a tomada de decisões que estabilizassem ou dessem uma coerência às ações do governo. A ajuda americana assistiu a tudo isto, considerando crescentemente que suas ações eram cada vez mais inefetivas e prejudicadas pelos fatos (RIBEIRO, 2006, p. 100).

Em maio de 1961, uma reunião extraordinária da OEA foi convocada com ministros das relações exteriores para tratar da Aliança para o Progresso, onde foi formulada a Carta de Punta Del Este, documento que contém as prerrogativas do programa. Naquela reunião o Brasil toma o posicionamento de condenar as ações dos EUA contra Cuba, neste caso foi possível observar o rumo independente que o então presidente do Brasil Jânio Quadros dava a política externa brasileira. Era a gênese da Política Externa Independente (PEI) e dos primeiros abalos entre as relações entre Brasil e EUA.

### **A Política Externa Independente: relações abaladas**

Em 1961, ao mesmo tempo em que Kennedy assumia a presidência dos EUA em Washington; no Brasil, Jânio Quadros com a o apoio irrestrito da União Democrática Nacional (UDN) chegava ao poder Executivo, pondo fim a vitoriosa aliança PSD-PTB, que permanecia no poder desde o suicídio de Vargas em 1945.

A demagogia discursiva de Jânio Quadros aliada a sua rápida carreira política em São Paulo atraiu a UDN, considerado na época o candidato da oposição liberal contra a herança varguista. Sua estratégia de desenvolvimento do Brasil se

aproximava da fórmula neoliberal. Favorável a um orçamento estatal equilibrado e na necessidade de criar condições favoráveis ao capital estrangeiro (SKIDMORE, 1967, p. 232).

O dinâmico estilo de campanha de Jânio Quadros permite classificá-lo claramente como um populista. Ele dirigia apelo às classes médias e baixas, transvestido de um discurso de administrador honesto a favor da democracia, fator que o fez adquirir ampla base em todos os setores da sociedade (SKIDMORE, 1967, p. 229).

O discurso de Quadros é marcado pela demagogia e contradição de posições, típicos de um governo populista, ele nunca havia sido um político ortodoxo. Segundo Thomas Skidmore, foi na área da política externa que Jânio revelou com mais clareza uma divergência com seus patrocinadores udenistas. Visitou Cuba em 1960, dando a impressão de simpatizar com a experiência socialista de Fidel Castro. Logo que assumiu o poder em 1961, tratou de por em prática, em colaboração com seu ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco um novo perfil para a política externa brasileira: a Política Externa Independente (PEI). E essas ações postas à luz da documentação demonstram a preocupação dos EUA com tal independência, como poder ser observado neste *Paper* redigido por Marotta e enviado a Kennedy em Fevereiro de 1961:

Problema: estabelecer relações próximas e amigáveis o mais rápido possível com o novo presidente brasileiro Jânio Quadros e com a sua administração que assumiu o cargo esta semana. Além das considerações bilaterais, o papel do Brasil nos atuais problemas do Hemisfério é de importância crítica para os Estados Unidos. O presidente Quadros, segundo contado das autoridades dos EUA, até agora tem relatado uma inclinação em direção a uma política externa independente que contribui para a urgência do problema. (tradução livre do autor)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Fonte: Kennedy Library, National Security Files, Countries Series, Brazil, January 1-February 24, 1961. Secreto. Redigido por Marotta in Foreign Relations of the United States, 1961-1963, American Republics, V. XII, Washington, 1996, p. 899.

A PEI representava o aprofundamento de uma política de barganha nacionalista que provinha de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (VISENTINI, 2011, p. 229). Sua origem está na Confêrencia de Bandung – Indonésia – realizada em 1955, onde um grupo de países logrou reordenar as relações políticas e econômicas rompendo com a bipolaridade EUA-URSS que dominava o cenário internacional.

O princípio gerador da Política Externa Independente está ligado à conjuntura de crise econômica por qual o Brasil passava no início dos anos 60 e também ao projeto nacional-desenvolvimentista do país. Segundo Santiago Dantas, um dos formuladores da PEI e Ministro das Relações Exteriores de Goulart, os conceitos da PEI se baseavam em quatro pontos: 1) contribuição à preservação da paz, através, da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; 2) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos; 3) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; 4) apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole (DANTAS, 2011, p. 10).

Com a relação aos ataques a Cuba, o Brasil condenou a invasão frustrada à Baía dos Porcos, com base nos preceitos de seu novo perfil de política externa, e numa atitude polêmica, Jânio Quadros condecorou o Ministro da Economia de Cuba, Ernesto (Chê) Guevara, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, em agosto de 1961; Guevara voltava de Punta del Este, onde desafiara os Estados Unidos votando contra a criação da Aliança para o Progresso (BANDEIRA, 2009, p. 413). Essa atitude de Quadros provocou reações muito negativas entre os militares brasileiros e também nos EUA. Foi nesse contexto que Lincoln Gordon assumiu o posto de Embaixador dos EUA no Brasil em 24 de agosto de 1961, sinalizando o endurecimento das relações. (VISENTINI, 2011, 231).

A situação no Brasil começa a se tornar mais grave em 1961 com a inesperada renúncia de Jânio Quadros. Na sucessão estava o então vice-presidente João Goulart do PSD, considerado o herdeiro político direto de Getúlio Vargas.

Jango, como era conhecido, havia sido ministro do trabalho de Vargas (1953-1954), sobre ele pesava fortes acusações de proximidade com os comunistas, por seus diálogos e negociações com o movimento sindical. Era identificado pelos grupos políticos conservadores como um esquerdista perigoso (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 28).

Quando Quadros renunciou, Goulart se encontrava em uma viagem de negócios na República Popular da China, fato que inflamou ainda mais a crise política que se seguiu. Os ministros militares general Odílio Denys, Ministro de Guerra; brigadeiro Moss, Ministro da Aeronáutica; e almirante Sílvio Heck, Ministro da Marinha imediatamente encabeçaram um movimento contra a posse de João Goulart por suas associações com o comunismo.

Após intensas negociações, Goulart assumiu a presidência sob um regime parlamentarista, tendo como primeiro-ministro Tancredo Neves. A renúncia de Quadros surpreendeu os EUA, e João Goulart não era benquisto pelas autoridades estadunidenses:

As associações passadas de Goulart com os comunistas e suas posições anti-americanas são questões públicas e bem conhecidas por toda a América Latina. A pressa em oferecer ajuda norte-americana na ausência de desmentir essas associações e posições sem dúvida enfraquece a força política dos aliados dos EUA e de todo o Hemisfério. (tradução livre do autor)<sup>2</sup>.

A imagem de Goulart nos EUA torna-se mais crítica já que a PEI não sofreu nenhuma modificação substancial. Ao contrário, com o novo Ministro das Relações Exteriores Francisco San Tiago Dantas, em menos de três meses, o país restabeleceu as relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas desde 1947. Nos meses seguintes, a independência da política externa brasileira se aprofundou, tomando rumos cada vez mais fora do compasso de Washington (MONIZ BANDEIRA, 2009, p.420).

---

<sup>2</sup> Fonte: Department of State, Central Files, 732.5-MSP/9-861. *Secreto in Foreign Relations of the United States, 1961-1963, American Republics, V. XII, Washington, 1996, p. 934.*

Em Janeiro de 1962 ocorre uma segunda reunião, em Punta del Este, de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, como preparativo para legitimar uma intervenção armada dos EUA contra Cuba, sob a cobertura da OEA. San Tiago Dantas manteve o discurso de neutralidade do Brasil em relação a Cuba, mas os EUA não a aceitaram e recorreram a todas as formas de chantagem, corrupção e ameaça a fim de impor os seus objetivos aos demais países do continente. A intenção dos EUA era isolar Cuba e demonstrar que o seu sistema era incompatível com o cenário interamericano.

Segundos Arthur Schlesinger os EUA não conseguiram uma vitória completa, mas um “êxito substancial” e seus esforços para o isolamento de Cuba progrediram. Cuba foi expulsa da OEA (o Brasil se absteve do voto) e aprovaram uma declaração condenado a adesão da ilha ao marxismo-leninismo e ao Comunismo.

### **Considerações Finais**

Como pode ser observado, a Aliança para o Progresso no Brasil não conseguiu alcançar os seus objetivos devido ao contexto de crise que se instaurou durante o governo de João Goulart. A via reformista proposta pela Aliança falhou, assim, os EUA optaram por ações mais radicais, construindo um *lobby* por meio de apoio a setores golpistas, com inclinações ideológicas à direita, enfraquecendo paulatinamente o governo de João Goulart. É o caso das eleições governamentais de 1962, quando por meio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) os EUA financiaram campanhas de governadores que faziam oposição a Goulart, chamadas por Lincoln Gordon de “ilhas de sanidade administrativa” (PARKER,1977).

Como narra Phyllis R. Parker em seu livro, *1964: A Participação dos Estados Unidos no Golpe de 31 de Março*, desde de 1961 os altos funcionários estadunidenses já sabiam das intenções golpistas da direita no Brasil. A transferência do adido militar Vernon Walters para a embaixada dos EUA no Rio de Janeiro é prova das articulações com os militares brasileiros, já que Walters era velho conhecido dos militares que atuaram na Força Expedicionária, e era amigo pessoal de Humberto de Alencar Castello Branco, principal líder do golpe de 1964 e o primeiro presidente militar. Outro ponto a se considerar é o acionamento da

operação *Brother Sam* em março de 1964, quando porta-aviões e navios tanque foram conduzidos ao Brasil para apoiar as forças golpistas contra Goulart.

O abalo nas relações entre Brasil e EUA teve como consequência direta as ações contra Goulart, sendo um dos fatores para o apoio estadunidense ao golpe. O caráter independente da política externa brasileira não agradou aos interesses estadunidenses na América Latina, principalmente no posicionamento brasileiro nas retaliações contra Cuba.

A figura de João Goulart no poder também não agradava os EUA e isso foi ficando evidente na medida em que a crise no Brasil se desenrolava. As associações de Goulart com o movimento sindical e a sua guinada à esquerda nos fins de 1963 – como reação a radicalização crescente das posições de seus adversários em relação às Reformas de Base – colaboraram para as interpretações de Gordon de que Goulart tentaria um golpe para se perpetuar no poder. De fato o papel dos EUA não se restringiu a um apoio meramente velado, ou um acompanhamento próximo dos acontecimentos, como alegou Gordon e Vernon Walters após o golpe civil-militar de 1964. Tanto um quanto outro atuaram como peças fundamentais para a deposição do presidente e a supressão do regime democrático no Brasil.

## **Referências**

ANDERSON, Perry. **A Política Externa Norte-americana e seus Teóricos**. Trad. Georges Kormikiaris. São Paulo: Boitempo, 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

DANTAS, San Tiago. **A Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GILDERHUS, Mark T. **The Second Century: U.S – Latin American Relations since 1889.** Wilmington, DC: SR Books, 2000.

HOBBSAWM Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LaFEBER, Walter. **The American Age. United States Foreign Policy at Home and Abroad since 1750.** 1ª ed. New York: Norton & Company, 1989.

MUNHOZ, Sidnei J. **Kennan e a Política Externa dos EUA durante A Guerra Fria.** Boletim Tempo Presente (UFRJ), v. 6, p. 1-11-11, 2012.

MUNHOZ, Sidnei; TEIXEIRA, Francisco. **Relação Brasil-EUA: séculos XX e XXI.** Maringá: Eduem, 2011.

PARKER, Phyllis R. **1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-EUA.** Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade de Campinas. São Paulo, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930 -1964).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMITH, Peter H. **Talons of the Eagle: Dynamics of U.S – Latin American Relations.** New York: Oxford University Press, 1996.